Editorial

Dossiê – Religião e Educação

Ensino Religioso: contextos e perspectivas atuais

Elcio Cecchetti*

Como atesta a historiografia, desde o processo colonizador empreendido na América Latina pelos europeus, o Estado, a universidade e a escola foram instituídas sob o manto da aliança entre o trono e o altar. Nesse cenário, os princípios da moralidade cristã e da doutrina católica foram sendo incorporadas no ensino elementar, passando a ser responsabilidade dos missionários ensinarem tanto os conteúdos “sagrados” quanto os “profanos”.

Assim, “aula de religião” ou “instrução religiosa” eram sinônimos de evangelização e catequização, seja em espaços formais de ensino, seja em missões, pastorais e campanhas diversas. Em ambos os locais, a prática tornou-se um instrumento político-religioso usado para converter os povos originários e os demais habitantes do território, colonizando seus imaginários segundo o padrão euro-cristo-cêntrico de ser, pensar, fazer e viver.

Atualmente, apesar das transformações sociais geradas pela incorporação político-jurídica do princípio da laicidade e a consequente separação entre os poderes político e religioso, a “aula de religião” segue existindo em grande parte dos sistemas educativos latino-americanos, com evidente desprezo e desconhecimento da diversidade religiosa e da pluralidade cultural que constituem as sociedades contemporâneas.

* Doutor em Educação (UFSC), docente do PPG em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó (Mestrado em Educação). Coordenador Geral do FONAPER. País de origem: Brasil. E-mail: elcio.educ@gmail.com

Deste modo, no passado e no presente, práticas de doutrinação religioso na escola, seja pública ou privada, produziram mais negação do que reconhecimento da diversidade religiosa, justamente por subalternizar tanto as crenças dos grupos não cristãos quanto a das pessoas ateias, agnósticas ou sem religião.

No contexto brasileiro, foi somente a partir da década de 1970 que coletivos de educadores e representantes engajados de diversas confissões, conscientes de que as práticas confessionais na escola ignoravam inúmeros sujeitos/grupos de uma sociedade cada vez mais diversificada, deram início à gestação de outras concepções e propostas pedagógicas para a “aula de religião”. Em vários Estados foram criadas organizações de caráter interconfessional, tais como a Associação Inter-religiosa de Educação – ASSINTEC, no Paraná, e o Conselho de Igrejas para a Educação Religiosa – CIER, em Santa Catarina, que buscaram superar o modelo catequético, tomando como referencial o movimento ecumênico internacional.

Após duas décadas de experiências ecumênicas, agentes e instituições envolvidas sentiram a necessidade de repensar novamente a natureza da Educação Religiosa, no intuito de acolher integralmente a diversidade religiosa brasileira. Um dos resultados desse movimento resultou na instalação, em 1995, do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso – FONAPER. Esta instituição, com o passar do tempo, tornou-se um espaço de discussão e ponto aglutinador de ideias e propostas de operacionalização de um Ensino Religioso que superasse seu histórico enfoque confessional e prosélito. Ao completar em 2020 seus 25 anos, o Fórum também se consolidou como uma instância política de representação da área junto aos diferentes organismos educacionais da esfera estatal.

Na ótica do FONAPER, mediante a oferta do Ensino Religioso não confessional, o educando tem a possibilidade de elaborar uma visão ampla e contextual, pautada na liberdade religiosa, na cidadania e no convívio entre as múltiplas manifestações religiosas e concepções de vida, considerando o diálogo com os diferentes um elemento crucial em uma sociedade democrática.

Nas últimas décadas, dezenas de sistemas estaduais e municipais de ensino implementaram o Ensino Religioso como um componente curricular do Ensino Fundamental. Pouco a pouco, a disciplina foi assumindo a responsabilidade de proporcionar aos estudantes a aprendizagem dos conhecimentos religiosos elaborados historicamente por diferentes culturas e tradições religiosas, por meio da promoção de processos educacionais inclusivos e interculturais.

O crescente número de iniciativas de formação inicial e continuada, eventos e publicações científicas estão a consolidar outra perspectiva de trabalho educativo na escola pública, não mais pautada na difusão de uma única verdade, mas em contribuir na constituição de relações respeitadas, inclusivas e democráticas entre as pessoas com diferentes perspectivas religiosas e não religiosas.

A proposta em curso no Brasil tem inclusive inspirado outros países de nosso continente. Na Costa Rica, por exemplo, a Escola Ecumênica de Ciências da Religião – EECR, da Universidade Nacional – UNA, e a Associação-Fórum de Ensino Religioso – ASOFER têm liderado os debates acerca da transformação inter-religiosa e intercultural do Ensino Religioso nas escolas públicas costarriquenses.

No Chile, a Rede Inter-religiosa Latino-americana de Educação para a Paz – RILEP, juntamente com o recém-criado FONAPER-Chile, vêm trabalhando para problematizar as concepções e práticas da educação chilena, que até o momento se limita e oferecer aula de religião católica ou evangélica.

No cenário brasileiro, a inclusão do Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, em 2017, foi determinante para a consolidação de sua função social e pedagógica na formação integral dos estudantes. Conquista derivada do protagonismo do FONAPER, o Documento se posicionou explicitamente contra o proselitismo religioso na escola, ao mesmo tempo em que definiu objeto, objetivos e unidades temáticas para o Ensino Religioso, assim como um conjunto de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes ao longo dos nove anos do Ensino Fundamental.

Outra conquista fundamental, que também contou com a participação efetiva do FONAPER, foi a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, e a homologação pelo Ministério da Educação – MEC, no final de 2018, das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN para o curso de licenciatura em Ciências da Religião (BRASIL, 2018), nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Depois de mais de 20 anos de luta, foram definidas as Diretrizes para a formação inicial de professores do Ensino Religioso.

Tanto a BNCC quanto as DCN, ratificam que o objeto de estudo do Ensino Religioso é o conhecimento religioso. Este é produzido no âmbito das diferentes áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, especialmente pelas Ciências da Religião. Segundo a BNCC (BRASIL, 2017), essas ciências investigam a manifestação dos fenômenos religiosos em diferentes culturas e sociedades, enquanto um dos bens simbólicos, resultantes da busca humana por respostas aos enigmas do mundo, da vida e da morte. Esses fenômenos, de modo singular, complexo e diverso, alicerçaram distintos sentidos e significados de vida e diversas ideias de divindade(s), em torno dos quais se organizaram cosmovisões, linguagens, saberes, crenças, mitologias, narrativas, textos, símbolos, ritos, doutrinas, tradições, movimentos, práticas e princípios éticos e morais.

A BNCC também estabelece que cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica em não conceder vantagens ou supervalorizar um determinado credo e excluir ou menosprezar outros, ou outras filosofias de vida.

O pressuposto ético no Ensino Religioso corresponde basicamente ao reconhecimento do diferente, uma vez que todos são únicos e possuem modos singulares de ver e compreender o mundo. Por conseguinte, são livres em adotar e seguir diferentes crenças, espiritualidades ou filosofias de vida para significar as coisas e os acontecimentos da vida.

O reconhecimento das identidades religiosas e não religiosas, por meio do estudo das diferentes culturas, religiosidades e filosofias de vida, contribui para a promoção dos direitos humanos e para o exercício do direito à liberdade de pensamento, crença e convicção. A dinâmica do reconhecimento mobiliza a ressignificação de concepções e práticas etnocêntricas e fundamentalistas, ao mesmo tempo que instiga e problematiza relações de saberes e poderes de caráter religioso, tanto nos espaços educativos como na sociedade em geral. Esse processo de reconhecimento das identidades e alteridades inclui o exercício do diálogo intercultural. Isso significa que as diferentes perspectivas religiosas e filosofias de vida devem ser reconhecidas como legítimas e tratadas com igual respeito e dignidade. O diálogo intercultural objetiva a superação de processos de exclusão, desigualdade, intolerância e discriminação.

Portanto, o Ensino Religioso deve proporcionar o estudo dos conhecimentos religiosos enquanto chave de abertura para compreensão e valorização do conjunto de aspectos constituintes da diversidade religiosa e de suas conexões com outras instâncias socioculturais. Este saber, contudo, não possuiu um fim em si mesmo, porque deve almejar o desenvolvimento de atitudes de reconhecimento dos diferentes e das diferenças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação – CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura em Ciências da Religião**. Parecer CNE/CP nº 12/2018 homologado pela Portaria n. 1.403, publicada no D.O.U. de 28 dez. 2018b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pces01_09.pdf. Acesso em: 26 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. 2017. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 abr. 2020.